

**O PAPEL DA MULHER NO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA NA  
AGRICULTURA FAMILIAR**

**ADRIANE DE FÁTIMA MACHADO**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE (UNICENTRO)

**MARLETE BEATRIZ MAÇANEIRO**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE (UNICENTRO)

# O PAPEL DA MULHER NO PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO ORGÂNICA NA AGRICULTURA FAMILIAR

## RESUMO

A inovação, depende exclusivamente da necessidade do estabelecimento em buscar recursos, tendo como a finalidade a alocação adequada desses meios para o desenvolvimento, e uma nova função para a produção. Este trabalho apresenta uma visão com relação a agricultura familiar e suas estratégias inovadoras na produção de alimentos orgânicos, cujo o objetivo é identificar as inovações, oportunidades e as dificuldades na produção com o selo de certificação orgânica, pelas mulheres agricultoras familiares. Sendo este, pautado pelos seguintes objetivos específicos: averiguar os processos de certificação, e quais as contribuições para o desenvolvimento rural e para a vida dos envolvidos nesse processo; verificar os impactos e a participação feminina no processo produtivo. A metodologia empregada foi de natureza qualitativa, sendo um estudo de casos múltiplos realizado com agricultoras familiares do município de Pinhão-Paraná. Este justifica-se em virtude do papel inovador que a mulher desempenha, principalmente na agricultura familiar. Somando-se a isto, a certificação orgânica, é um modelo inovador, o qual garante produtos de qualidade para o auto consumo e o aumento da renda familiar, com meios alternativos para agregar valor ao que é produzido. Além de ser uma opção proposta que propicia maior rendimento, abertura de novos mercados, e uma motivação para a inovação, transformando o meio em um ambiente promissor. Por fim, conserva-se a motivação e o interesse desses mulheres inovarem nesse segmento, em busca de melhor qualidade de vida e também uma maior renda para sua família.

**Palavras-chave:** Inovação. Certificação Orgânica. Agricultura Familiar.

## 1 INTRODUÇÃO

Como qualquer rede de produção, a Agricultura Familiar, requer estratégias para fortalecer e maximizar a geração de renda. Entretanto, para que esses procedimentos tenham bons resultados é necessário diversificar, agregando valor aos produtos e serviços (EHLERS, 1994; LUSTOSA, 2011). A agricultura orgânica, é uma alternativa de produzir alimentos sem produtos químicos e fitossanitários. Isso torna esse segmento uma alternativa ao agricultor inovador e ambientalmente consciente, voltado para o desenvolvimento e também para a proteção ao meio ambiente (MAZZOLENI; OLIVEIRA, 2010). Benitez e Golinski (2007, p. 122) mencionam que estas “são formas de produção sustentável onde o pressuposto primordial é o respeito ao meio ambiente, através da conservação do solo”.

Os processos inovativos contribuem para o aumento produtivo e para a competitividade. Porém, esse desenvolvimento está atrelado a busca de novos empreendimentos, com criatividade e usando meios tecnológicos que garantem a eficácia e a eficiência nos processos (SILVA; GAZOLLA, 2016). Nesta perspectiva, para alcançar o selo de certificação da produção orgânica, a propriedade, em um período de dois a seis meses, será inspecionada para averiguar como está sendo produzida e manuseada a produção e se estão sendo seguidas as normas de qualidade (DAROLT, 2007).

A contribuição da mulher para o processo de certificação na agricultura familiar tem duplo papel produtivo, desmitificando a função social do trabalho doméstico,

tornando parte do processo produtivo (ABRAMOVAY; SILVA, 2000). Mesmo que esse trabalho seja invisível, a mulher participa do cultivo, manejo das lavouras e também da comercialização dos produtos produzidos na propriedade (ABRAMOVAY; SILVA, 2000; DAROLT, 2007; MEDEIROS; RIBEIRO, 2003).

Partindo da suposição que, para manter-se nesse programa, essas mulheres precisam alcançar resultados, os quais podem ser favoráveis ou não ao desenvolvimento e crescimento da propriedade, este estudo parte do seguinte questionamento: como inovar e buscar novas oportunidades na certificação orgânica, diante das dificuldades enfrentadas pelas mulheres para o desenvolvimento das propriedades familiares rurais?

Buscar-se-á, portanto, responder a esta indagação com o objetivo de identificar as inovações, oportunidades e as dificuldades na produção como selo de certificação orgânica, pelas mulheres agricultoras familiares. Sendo este, pautado pelos seguintes objetivos específicos: averiguar as contribuições da certificação para o desenvolvimento rural e para a vida dos envolvidos nesse processo; verificar os impactos e a participação feminina no processo produtivo de alimentos orgânicos.

Este estudo justifica-se em virtude do papel inovador que a mulher desempenha, principalmente na agricultura familiar. Somando-se a isto, a certificação orgânica, é um modelo inovador, o qual garante produtos de qualidade para o auto consumo e o aumento da renda familiar, com meios alternativos para agregar valor ao que é produzido. Além de ser uma opção proposta que propicia maior rendimento, abertura de novos mercados e motivação para a inovação, transformando o meio em um ambiente promissor.

Este artigo está dividido em quatro partes, além desta introdução. No segundo capítulo, foi abordado o referencial teórico, tratando das inovações e da agricultura familiar, o processo de certificação na agricultura familiar e o papel desempenhado pela mulher nos processos produtivos inerentes. O terceiro capítulo apresenta a metodologia que baseou a instrumentalização deste estudo e após são apresentados os resultados e as discussões, finalizando com as considerações finais.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 INOVAÇÕES E AGRICULTURA ORGÂNICA**

O desenvolvimento do meio rural está diretamente ligado a uma agricultura promissora, com o desafio de aumentar ainda mais sua produtividade de maneira sustentável e também a segurança alimentar (BARBIERI, 1997). Esta é responsável por estimular e manter a renda familiar, além de minimizar o êxodo rural, contribuindo para a conservação dos recursos naturais e melhorando a qualidade de vida do homem do campo (BARBIERI, 1997). Desse modo, faz-se necessário inovar, buscando outros meios e métodos, para que essas pequenas propriedades possam oferecer qualidade de vida e desenvolvimento social e financeiro a seus proprietários (BATALHA; BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2005).

Para isso, é indispensável buscar produtos apropriados ao público alvo e até mesmo explorar outras fontes de recursos (SCHUMPETER, 1982). Na agricultura, inovar é encontrar meios que diferenciam padrões produtivos, com produtos novos, com fontes de matéria-prima ainda não exploradas, disponíveis a aventurar-se em novos mercados e também capaz de modificar a estrutura organizacional.

O processo de inovação depende exclusivamente do mercado. Na Agricultura Familiar essa implementação de novas tecnologias é um "novo método de produção que considere capaz de produzir um número de renda futura por unidade do valor

correspondente dos investimentos futuros, ambos descontados do presente, do que o método atualmente em uso" (SCHUMPETER, 1982, p. 123). Todavia, é preciso infraestrutura tecnológica, com a finalidade de apoiar os processos inovativos na adoção, produção e comercialização dessas novas tecnologias, utilizando diversas fontes de conhecimentos e informações (VEDOVELLO; FIGUEIREDO, 2005).

Neste sentido, a inovação no meio rural acontece quando o agricultor empreende estratégias para o desenvolvimento de atividades com criatividade, pois na maioria das vezes, essas pessoas não conseguem sobreviver apenas com a renda oriunda das atividades agropecuárias (ANDRADE; ALVES, 2013; CARNEIRO, 1997).

Uma das alternativas para inovar na Agricultura Familiar é através da produção orgânica, já que "as práticas ditas modernas garantiam a quantidade, mas não a qualidade dos alimentos" (ROMEIRO, 2011, p. 125). Por isso, é preciso levar em consideração todos os custos a serem empenhados, o ambiente, a realidade em que está sendo instituído esse processo, os projetos sociais, o conhecimento que o agricultor possui para a manutenção e o monitoramento dessas novas tecnologias, dentro de cada contexto estipulado (HALL, 1994). Em vista disto, a adoção de práticas ambientalmente corretas representa uma maneira confiável de produção, com mercado garantido (ROMEIRO, 2011).

Consequentemente, recomenda-se "uma abordagem integrada que assegure suprimentos sustentáveis de nutrientes, sem danos para o meio ambiente" (BARBIERI 1997, p. 110). Esses produtos têm maior preço e seus consumidores são pessoas conscientes e dispostas a pagar um valor mais elevado (DERALT, 2012). Porém, o maior ganho está na evolução, realizada pela agricultura sustentável e não em sua forma de produzir, mas na conservação do solo e dos recursos naturais, uma vez que é necessário produzir minimizando os impactos ao meio ambiente e gerando renda (BRANDENBURG, 1999).

## 2.2 CERTIFICAÇÕES ORGÂNICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR

A diversificação na produção, juntamente com as atividades de agricultura e pecuária, são meios que auxiliam o agricultor familiar a alavancar o potencial rentável, além de contribuir de maneira sustentável para a preservação do meio (BARBIERI, 1997). Dessa forma, surgem modos de inovar em atividades que não causem danos ao meio ambiente e que dependam de matéria orgânica para fertilização e conservação do solo.

O incremento para a diversidade de plantas e adoção de vários métodos de cultivo permitiu "aumentar a lotação de cabeças de gado nas propriedades, beneficiando a fertilidade dos solos, principalmente os solos fracos" (EHLERS, 1994, p. 11). A fim de alcançar um nicho de mercado pouco comercializado, os produtos certificados são demandados por um público alvo disposto a exigir e a consumir alimentos com qualidade e ecologicamente correto. Além de oferecer a segurança da procedência e a certeza que esses produtos seguiram os padrões e critérios pré estabelecidos.

Conforme Bridi (2011, p. 5), o processo de certificação segue dois objetivos principais, sendo eles: "[...] gerenciarem e garantirem o nível de qualidade de seus produtos [...]" e também "informar e garantir aos consumidores que os produtos certificados possuem os atributos procurados". Com isso, a certificação passa a ser compreendida como um diferencial para produtos e serviços (BENDISCH, 2010). Com todo esse processo, o consumidor garante a qualidade e a procedência, além das técnicas que foram usadas. Também sabe da relação ao comprometimento do agricultor com o meio ambiente e os recursos naturais (BENDISCH, 2010; CASWELL, 2006).

No entanto, são várias as etapas para o processo de certificação, conforme afirma Canozzi (2012, p. 13): a “certificação é um procedimento em que uma empresa oficial, legalmente reconhecida, fornece um certificado ou uma garantia equivalente de que o alimento ou o sistema de produção do alimento está em conformidade com os requerimentos”. Isto acontece em: “[...] visitas periódicas de inspeção, as chamadas auditorias, realizadas nas unidades de produção agrícola, nas unidades de processamento e nos estabelecimentos de comercialização [...]” (CANOZZI, 2012, p. 15). Essas visitas acontecem com a finalidade de legitimar a procedência e a qualidade da produção.

Em concordância, Prado (2014, p. 37) reforça que “a certificação agrícola visa diferenciar produtos oriundos de processos de produção ambientalmente adequados, socialmente justos e economicamente viáveis daqueles que não o são”. A certificação é um instrumento com normas regulamentadas, que contribuem para o desenvolvimento socioambiental e econômico das pequenas propriedades rurais (CANOZZI, 2012; MAZZOLENI; OLIVEIRA, 2010). Assim, transforma esse meio em um processo inovador, para o crescimento e para o aumento da renda familiar.

Segundo Cavallari (2010, p. 6), as maiores vantagens com a certificação dos produtos e processos são: “redução no uso de agrotóxicos, conservação solo e os cuidados com o descarte de resíduos produzidos na propriedade, além dos benefícios na qualidade e segurança dos alimentos fornecidos aos consumidores finais e a conservação do meio ambiente”.

Contudo, apesar da qualidade nos produtos produzidos e a sazonalidade do meio rural, “[...]os agricultores familiares tratam de adotar tecnologias de produto, processo e gestão que reconheçam esta variabilidade e a valorizem da melhor forma possível no mercado”(BATALHA; BUAINAIN; SOUZA FILHO, 2005, p. 6).

Para garantir a venda dos produtos oriundos da Agricultura Familiar, foram criadas políticas públicas, ou seja, programas voltados para a comercialização desses produtos. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem como objetivo destinar produtos oriundos da agricultura familiar para a merenda escolar, para os alunos da escola pública. Porém, esses devem estar em consonância com as normativas da Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 10.520/2002 (ANDRADE; ALVES, 2013).

A certificação orgânica é uma maneira de acrescentar valor aos produtos produzidos na propriedade, possibilitando com essa estratégia maior rentabilidade. Além disso, favorece a comercialização e a aceitação desses produtos pelo mercado consumidor, que está em crescente desenvolvimento. Conforme Darolt, Lamine e Branderburg (2013), a forma ideal para venda é direta, no entanto é preciso ter um sistema de produção adaptado disposto a atender a demanda dos produtos com infraestrutura e disponibilidade de trabalho.

### 2.3 O PAPEL DESEMPENHADO PELA MULHER NOS PROCESSOS PRODUTIVOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

A Agricultura Familiar, mas sua contribuição é uma maneira significativa para o bem estar social e econômico dessas famílias. Cabe aos homens a função de provedor das necessidades materiais da família. Já durante a Agenda 21, foi debatido e tinham como objetivo, conforme Barbieri (1997, p. 141), “apoiar e aumentar a capacidade legal da mulher e dos grupos vulneráveis em relação ao acesso, uso e posse da terra; e estimular práticas e tecnologias agrícolas sustentáveis [...]”. Segundo Abromovay e Silva (2000), é preciso, como em qualquer outro cenário, transformar e inovar, para que os objetivos sejam atingidos.

Sendo que, Agricultura Familiar é um meio garantidor de subsistência, com estratégias voltadas para o processo do desenvolvimento rural. As táticas agroecológicas implementadas por esse setor tendem a reconhecer e valorizar métodos tradicionais e conhecimento, levando em consideração hábitos e costumes. Além disso, “[...] implementando mecanismos de melhoria, geração, desenvolvimento e uso sustentável da biotecnologia e para a sua transferência segura [...]” (BARBIEIRI, 1997, p. 111).

No entanto, Abromovay e Silva (2000) relata que muitas das tarefas efetuadas, na propriedade, vão além do trabalho no campo, entre essas “cuidados com animais, a limpeza e seleção de sementes, transformação dos produtos, trabalho doméstico, o cuidado com o meio ambiente e outros” (ABROMOVAY; SILVA, 2000, p. 348-349).

Sales (2007, p.437) afirma que,

A presença das mulheres rurais na produção agrícola familiar é um fato. Mesmo na invisibilidade, não se pode negar que elas estão ocupando terras, plantando, colhendo, e cultivando o desejo de ter uma terra livre e usufruí-la com seu trabalho. Presentes na casa, no quintal, na roça e na luta pela terra, as mulheres tiveram ainda de lutar pelo direito de serem reconhecidas como trabalhadoras.

Ressalta-se que, por meio de uma pesquisa, Abromovay e Silva (2000, p. 348-349) “verificaram que 41,3% das mulheres ocupadas no campo se envolvem com trabalho para o autoconsumo. Dentre elas, 72,8% declararam trabalhar menos de 15 horas semanais, enquanto que para os homens essa proporção é de apenas 31,4%”. Estes dados evidenciam a importância feminina no âmbito rural, participando de todas as atividades produtivas e contribuindo para os avanços e melhorias de vida da sua família.

Porém, existem fatores que impedem o acesso feminino ao processo produtivo na agricultura, como reforçam

Abromovay e Silva (2000, p. 351):

Os padrões culturais e sociais, que limitam a contribuição das mulheres para agricultura, sustentando normas de comportamento e valores rígidos, em que a escola e a socialização na família reforçam esses padrões, tornando difícil a participação das mulheres em papéis tradicionais. Fatores que criam obstáculos ao acesso da mulher à terra, crédito, capacitação, assistência técnica e a comercialização dos produtos são problemas relacionados às trabalhadoras rurais. Tais fatores são de índole estrutural, legal, mas também ideológica, o que soma a desvantagens concretas em que vive esse setor da população.

Com o passar do tempo, essa estrutura está sendo modificada, as mulheres estão assumindo e passando a demonstrar publicamente suas obrigações, assumindo as responsabilidades, posturas e papéis antes ocupados por homens (MEDEIROS; RIBEIRO, 2003). Cambuzzi (2013, p.5) assegura que “as mulheres ao realizar suas atividades cotidianas como a manutenção do quintal, da criação de pequenos animais, dentre outras, colaboram diretamente na continuidade da paisagem rural”. A figura feminina, preenche a lacuna no processo evolutivo, social e econômico.

Para a agricultura familiar, a figura feminina, muitas das vezes, responde por toda a atividade agrícola. Enquanto seus companheiros por diversos motivos, buscam outras atividades em outros setores, tanto agrícola, quanto não agrícola para ajudar financeiramente a família. Esses motivos dizem respeito a questões tanto sazonais, quanto com percas, baixa produtividade, onde os homens vão em busca de oferta de trabalho para aumentar e também para complementar a renda familiar, incorporando

novos ganhos (CARNEIRO, 1997). Portanto, as mulheres sempre desempenharam um papel fundamental no processo de desenvolvimento sociocultural e econômico do meio rural.

### 3 METODOLOGIA

Este estudo foi baseado em uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, com a pretensão de analisar profundamente o caso concreto, definindo suas particularidades envolvendo tempo e local, com a finalidade de atingir os objetivos pretendidos (FLICK, 2009). Esta abordagem foi escolhida e descrita devido aos autores envolvidos na pesquisa e no ambiente rural, serem fontes integrais de dados. Para Godoy (1995, p. 27), o estudo está, “baseado nos objetivos da pesquisa e num roteiro de observação. O investigador procura ver e registrar o máximo de ocorrências que interessam ao seu trabalho”.

Sendo assim, essa investigação delineou as características e averiguou a participação das mulheres no dia a dia da propriedade rural. Com as informações coletadas, buscou explorar e compreender o contexto, por meio do ponto de vista das participantes (GODOI, 1995).

Para atender a essa situação, optou-se pelo método estudo de casos múltiplos. Conforme Godoi (1995b, p. 25), “[...] um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente”. Justifica-se sua escolha devido o estudo ser em profundidade e teve como objetivo coletar informações específicas e detalhadas, com relação à vivência dessas pessoas no cenário em que estão inseridas.

Foram usadas entrevistas semiestruturadas, as quais foram feitas nas propriedades das participantes. No entanto, para amparar o desenvolvimento deste trabalho e como embasamento para essas entrevistas, foi organizado um roteiro, previamente instituído a partir da literatura utilizada no trabalho. Para a confecção desse roteiro e para as entrevistas, o principal escopo foi de averiguar quais as características dessas mulheres inovadoras, quais suas dificuldades e oportunidades e com a implantação do selo de qualidade, quais foram as vantagens e desvantagens, o que elas esperam do futuro para sua propriedade e família e quais são suas ações para manter a produção. Durante as entrevistas, quando surgiram algumas dúvidas, as entrevistadas estiveram abertas ao diálogo, para responder a todo e qualquer questionamento apresentado.

Também foi realizada a técnica de observação, no sentido de analisar como essa estratégia contribui para o desenvolvimento da propriedade, o que trouxe de benefícios e melhorias, contribuindo para o enriquecimento dos dados coletados durante a pesquisa.

Este estudo ocorreu no município de Pinhão- Paraná, sendo que a coleta de dados aconteceu nos meses junho e julho de 2017. Para isto, foram escolhidas 6 (seis) mulheres, cada uma foi nomeada com a letra de um termo que a caracteriza e remete a sua jornada como agricultora. Os dados sobre as entrevistadas constam no Quadro 1.

Quadro 1: Dados das entrevistadas

Relação das entrevistadas	Letra que a designa	Tempo de duração da entrevista e observação	Escolaridade	Idade	Data da entrevista
Entrevistada 1	E	2:00 h	Ensino Fundamental	27	08/07/2017
Entrevistada 2	F	2:30 h	Ensino Fundamental	58	08/07/2017
Entrevistada 3	D	2:00 h	Ensino Médio	45	09/07/2017

Entrevistada 4	P	3:00 h	Ensino Fundamental	60	09/07/2017
Entrevistada 5	I	3:00 h	Ensino Superior	30	09/07/2017
Entrevistada 6	A	3:00 h	Ensino Superior	40	09/07/2017

Fonte: dados da pesquisa.

Essas mulheres representam todas as localidades do município, porém com uma característica específica, que é a de serem agricultoras familiares. Elas são as responsáveis pela produção de alimentos orgânicos das propriedades, as quais já possuem o selo de certificação da produção orgânica. As entrevistas foram gravadas e transcritas, tendo duração em média de duas horas por propriedade.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

As entrevistas foram realizadas com agricultoras familiares do município de Pinhão-Paraná, responsáveis pelo autoconsumo e também pelo aumento da renda familiar. O requisito para a escolha dessas entrevistadas foi sua propriedade possuir o selo de certificação orgânica. Sendo que, essas propriedades atenderam a uma série de requisitos com o propósito de diversificar e também de encontrar oportunidades de negócios, agregando valor à produção (EHLERS, 1994).

A certificação orgânica é uma opção para inovar, através de meios conscientes, harmoniosos onde o Agricultor Rural, produz e também preserva o meio ambiente (BRANDEBURG, 1999; ROMEIRO, 2011). A sensibilização com relação à importância da preservação ambiental, resulta em práticas produtivas sustentáveis, assim como a certificação orgânica que representa estratégias que contribuem para o desenvolvimento sustentável, atendendo aos meios sociais, econômicos e também ecologicamente correto (PRADO, 2014).

Dessa maneira, as entrevistas e as visitas exploratórias, mostraram mulheres dispostas a encontrar novas alternativas produtivas para sua propriedade, a fim de inovar e buscar novos ganhos financeiros. Através dessas inovações produtivas um potencial gerador de comercialização, incorporando valor e maximizando a rentabilidade com recursos disponíveis e dispostos a demanda dos produtos no mercado (MAZZOLENI; OLIVEIRA, 2010).

Ao questionar as entrevistadas sobre o que levou a buscar o selo de certificação orgânica, estas responderam, que primeiramente foi o reconhecimento e a valorização do trabalho do agricultor, além de ser uma maneira de inovar e conquistar novos mercados. E também a possibilidade de consumir produtos saudáveis sem o uso de produtos químicos (BARBIERI, 1997; EHLERS, 1994). A inovação da Agricultura Familiar é uma alternativa para gerar renda e melhorar a qualidade de vida.

A produção orgânica, maximiza as oportunidades em alcançar novos mercados, com produtos com maior valor agregado (DAROLT, 2012). Conforme, relata uma das entrevistadas: “primeiramente o selo de certificação tem a finalidade de valorizar, já que nós precisamos ser valorizados, pelo que produzimos e plantamos e também devido a uma alimentação saudável, justamente porque produzimos orgânico e queremos levar a frente a produção” (ENTREVISTADA E).

Todavia a Entrevistada P, respondeu: “busquei o selo de certificação para poder vender melhor as frutas e verduras, já que são mais saudáveis e saborosas”. Além do mais, a certificação tem a finalidade de informar aos consumidores a procedência, a qualidade, e outros requisitos dos alimentos orgânicos, sendo esta uma estratégia de mercado para a comercialização, onde os consumidores possuem a garantia dos produtos que estão consumindo (PRADO, 2014; BRIDI, 2011).



Dessa maneira, as entrevistadas foram indagadas sobre as vantagens e melhorias que a certificação agregou para a propriedade. Todavia as entrevistadas, relataram que mesmo antes do selo de certificação, já evitavam o uso de agrotóxico e fertilizantes químicos. Por meio de estratégias conscientes para a preservação e conservação do ecossistema, com um manejo integrado e diversificado (CANOZZI, 2012).

A agricultura sustentável é o equilíbrio entre o uso racional dos recursos naturais e a sobrevivência desenvolvendo a sustentabilidade (DAROLT, 2007; EHLERS, 1994). Sendo que, agricultura orgânica requer práticas sustentáveis, incluindo o controle biológico de pragas e doenças, sem o uso de produtos fitossanitários (BARBIERI, 1997; EHLERS, 1994).

Dessa forma, as agricultoras entrevistadas disseram que em sua propriedade a “certificação orgânica, serve como um componente a mais para levar para o mercado, você consegue alcançar um nicho de mercado que o agro ecológico não alcança” (ENTREVISTADA D). A Entrevistada E mencionou que “as vantagens da certificação foi primeiramente em consumir produtos saudáveis, consegui melhorar a renda e aos poucos a infra estrutura da minha propriedade e o mais importante é a satisfação e a consciência de estar ingerindo alimento saudável”.

Conforme Darolt (2007), o selo de certificação é o resultado das inspeções realizadas de dois a seis meses nas propriedades rurais, para averiguar a forma com que está sendo cultivado e todo o processo produtivo principalmente como é feito o manejo do solo e dos recursos naturais daquele ambiente. Conforme referência a Entrevistada I “a certificação é simplesmente uma demanda de mercado, esse é um dos objetivos da certificação”. Esse segmento é um nicho de mercado promissor, já que o público alvo, são pessoas conscientes, com hábitos alimentares saudáveis. E estão preocupados com a procedência desses alimentos, como são cultivados e sua trajetória até o consumo (DAROLD, 2007).

Com relação ao processo para o recebimento do selo de alimento orgânico, todas as entrevistadas relataram que já trabalhavam em prol da preservação ambiental e este selo resultou em uma referência para a propriedade. Conforme exposto nas declarações das Entrevistadas D e I: “o selo de orgânico veio para ser mais que um produto que posso colocar na minha banca, não busquei para ser uma fonte de renda, é um diferencial para a propriedade, não representa uma forma de agregar valor” (Entrevistada D).

No entanto para a Entrevistada I, o selo representou o reconhecimento da qualidade do que está sendo produzido: “no nosso caso, foi mais reconhecimento externo, por um trabalho que vem sendo realizado pelo pai e pela mãe, desde a aquisição do terreno nunca foi passado veneno, o produto que coloco na minha mesa deve ter qualidade, além de agregar valor ao que é produzido”.

A implementação de novos métodos produtivos, inovando e adequando o campo a novas tecnologias, sendo capaz de aumentar a produtividade e a renda familiar (SCHUMPETER, 1984). Cabe as agricultoras buscarem novos meios de conhecimento, através de cursos de capacitação, treinamento, assim valorizando e agregando valor aos produzidos e manufaturados pelos membros da Agricultura Familiar (HALL, 2007).

De acordo, com as entrevistadas, a maioria das famílias estão no programa a mais de um ano e os investimentos foram poucos para se adequar ao processo, apenas para construção de estufas, canalização da água para irrigar a lavoura e a compra de insumos próprios para os alimentos orgânicos e sementes. Entretanto, as maiores dificuldades encontradas foram o manejo adequado, o conhecimento e a assistência técnica (Prado, 2014).

As pequenas propriedades rurais, para produzir e ter renda, durante todo o ano, devem diversificar a produção, sendo que o processo de certificação é um meio de alcançar esse objetivo. Em consonância com Ehlers (1999), Barbieri (1997), descreve que os sistemas diversificados, devem ser feitos através da rotação de culturas com plantas leguminosas, frutíferas, produtos manufaturados, que possam atender a cada ciclo, possibilitando a eliminação significativa dos insumos externos, reduzindo os custos e mantendo a terra cultivada e protegida durante todo o ano.

No entanto, essas práticas já estão presentes nessas propriedades, como descreve a Entrevistada F: “A certificação contribui para a diversificação na propriedade, todos os produtos fazem parte, até as frutas aqui produzidas, agregando cada vez mais valor ao que é produzido dentro da propriedade”.

Já a Entrevistada P, respondeu que: “Mesmo em um pequeno espaço de terra, temos vacas, galinhas, plantas, porcos. Temos tudo para nossas necessidades e não precisamos comprar muitas das coisas, tenho muitas frutas e hoje estou fazendo o manejo agroflorestal”. Para a agricultura familiar, todo esse processo requer pessoas responsáveis, dispostas a fomentar a mudança e novas tecnologias inovadoras. Mazzoleni e Oliveira (2003), mencionam que para alcançar essas tecnologias é por dois meios primeiramente, ser o pioneiro na implantação da invenção e em segundo é imitar o que já foi inventado e funciona nas outras propriedades.

Entretanto, uma das dificuldades do meio rural é o transporte da produção, pois os canais de comercialização existem mas o deslocamento dessa produtividade até os consumidores é extremamente difícil devido à distância, o que requer políticas públicas voltadas à melhoria de estradas e comercialização. Outro fator é a falta de água para a irrigação, dessa forma essas mulheres junto com seus familiares, construíram cisternas para armazenar a água da chuva. São melhorias como essa que torna o meio rural, inovador, sendo seus integrantes pessoas que reformam e impulsionam novos serviços, na ruptura e na procura por novos paradigmas produtivos (SCHUMPETER, 1982).

Outro fator essencial é estabelecer novas maneiras produtivas, valorizando a abertura de novos mercados e um potencial de maior aceitação, vinculando uma magnitude ainda maior de geração e agregação de valor (EHLERS, 1994; BATALHA, BUAINAIN, SOUZA FILHO, 2005). Essas vantagens são alcançadas, por meio da produção orgânica, os quais representam a diversidade e a sustentabilidade para o meio rural, pois além de serem produtos in natura, ajudam na preservação ambiental, e no controle de pragas e doenças (EHLERS, 1994).

A certificação, representa para os Agricultores Familiares vantagens devido aos custos de produção já que não demandam de insumos químicos, diferenciando principalmente devido à preservação do meio, inovando no emprego de recursos agro sustentável, sendo um produto com preço diferenciado em relação ao convencional (BARBIERI, 1997; MAZZOLENI; OLIVEIRA, 2010).

Foi perguntado para as entrevistadas, quais as vantagens e as desvantagens e o que lhe motivou a seguir esse segmento. Para as entrevistadas: “As vantagens é que nós produzimos e principalmente um produto orgânico, sendo este de qualidade e isso é um fator determinante e que deixa nos agricultor mais feliz pelo nosso trabalho. “ Eu posso fazer” (ENTREVISTADA E). Já a Entrevistada D, disse:

As vantagens que abra um nicho de mercado já que o governo não atinge aos salarizados, somente as pessoas com consciência e que estão dispostas a uma alimentação saudável e assim o agricultor tem um potencial de mercado. E a desvantagens é não poder atender a todas as pessoas tenham acesso a alimentação saudável e de qualidade e o orgânico não permite isso pelo custo que ele tem, não pelo custo de insumo mas pelo custo de mão de obra, já que

ele é muito mais delicado, mais trabalhoso, tem que ter atenção não pode usar qual quer produto. Com a diminuição do custo os produtos são mais viáveis. O orgânico atinge pessoas as pessoas que tem consciência que os produtos orgânicos é saudável, os assalariados só podem adquirir aquilo que lhe dão condição.

E consideram como principal desvantagens para os produtores orgânicos a falta de assistência técnica e de insumos nas revendas agropecuárias. conforme a Entrevistada E, existem outros fatores desfavoráveis importantes para esse segmento: “Um dos fatores negativos é a falta de conhecimento da qualidade do produto orgânico para saúde, muitas pessoas o consideram igual e preferem igual aos produtos convencionais. Outro fator é as condições climáticas e também as condições a mobilidade” ( ENTREVISTADA E).

A estabilidade financeira, além da capacidade de desenvolvimento e crescimento, é fundamental para qualquer família, no entanto não dispõem de rendas suficiente para sobrevivência, por isso estes membros da família precisam combinar atividades agrícolas e não agrícolas, disposto a incorporar e a buscar novas funções (ANDRADE; ALVES, 2013; CARNEIRO,1997) .

Conforme averiguado durante as visitas de campo, as agricultoras estão buscando novos espaços nas relações de trabalho, já que as mulheres tem a função não apenas as atividades domésticas, mais também responsáveis pela produção agrícola como força atuante nos trabalhos de campo (ABRAMOVAY; SILVA, 1999). Segundo as entrevistadas, todas as famílias dispõem de outras rendas, sendo essas oriundas de outras fontes, representando um modelo estratégico devido a sazonalidade climática em que a produção agrícola fica vulnerável, tendo períodos em que pode dispensar parcialmente ou integralmente trabalhadores do meio rural, os quais ficam disponíveis para executar outras atividades (CARNEIRO 1997).

Conforme Abramovay e Silva (1999), essas modificações nas representações sociais e nas demais funções em que a figura feminina está integrada a costumes e crenças, desde muito tempo atrás, e resulta na mudança de paradigma e de valorização, que deve se iniciar na família, focando nos avanços alcançados e na nova conjuntura da sociedade.

Assim, as entrevistadas descreveram que: “O trabalho feminino ainda não é valorizado, é preciso conscientização de toda sociedade, para que isso modifique e a mulher comece a ser valorizada (ENTREVISTADA E). Já que a entrevistada I relata que: “com essa nova forma de relação motiva a valorização, gera o reconhecimento, porém isto é muito relativo devido a criação e o costumes das pessoas. É preciso um reconhecimento, já que a mulher tem uma facilidade em desenvolver um trabalho e também é preciso valorizar a contribuição feminina (ENTREVISTADA I). Segundo a Entrevistada D: “a manutenção da propriedade é feito exclusivamente por mim, mas meu marido ajuda sempre que necessário, já que ele trabalha fora e o que ele ganha vem a somar, porém o sítio se paga, e eu sou valorizada por realizar essa atividade.

A mulher possui um olhar mais sensível, voltada aos detalhes, disposta a fazer além de suas possibilidades. Sendo assim, em concordância com Medeiros e Ribeiro (2005) a mulher desempenha não apenas a figura de mãe dona de casa, mais de uma representante ativa na área de trabalho, executando as mesmas funções masculinas, produzindo renda que vem a somar aos ganhos da família e garantindo assim uma melhor condição de vida e desenvolvimento.

A certificação é processo inovador a essas famílias, rompendo paradigmas, já que anteriormente as plantações eram cultivadas de maneira convencional. Após a certificação essas propriedades, contribuem como referencial, para uma agricultura

orgânica sustentável (BARBIERI, 1997; EHLERS, 1994; MAZZOLENI; OLIVEIRA, 2010).

Deste modo, a Agricultura orgânica, destaca o perfil das mulheres inovadoras centradas na luta por uma melhor qualidade de vida por uma alimentação saudável e pelo aumento da renda familiar (ANDRADE; ALVES, 2013). A diversificação, auxilia na valorização da produção e na superação de todas as restrições da propriedade. Dessa maneira, a diversificação das culturas, intercalando atividades agrícolas e de pecuária, é imprescindível, para que o manejo do sistema implantado na agricultura familiar contribuindo para produzir em pequenas glebas (ASSIS; ROMEIRO, 2005; BARBIERI, 1997; BENITEZ; GOLINSKI, 2007).

Outro fator, é a disposição de inovar, motivada pela concorrência e por consumidores dispostos a pagar mais por produtos de boa qualidade e que não acarrete danos a saúde, é o que impulsiona a busca por novos mercados para comercialização (DAROLT, 2012). Dessa maneira, “em unidades familiares de pequeno porte, é fundamental agregar valor ao produto transformando. Nos casos estudados, a venda do que é produzido é feita para merenda escolar por meio de projetos governamentais, no entanto há produtores em que a venda acontece diretamente ao consumidor, e por último em sacolão de verduras por meio de associações e cooperativas ou feiras do produtor (DAROLT, 2012; DAROLT; LAMINE; BRANDERBURG, 2013).

A maioria dessas agricultoras, para aderir ao projeto de certificação tiveram que financiar, para iniciar o processo produtivo. Conforme declaram todas as entrevistadas, a maior dificuldade encontrada em todo esse processo, foi o de entender como era cada passo, assim surgiu adaptações até atingir os objetivos desejados, com macetes e técnicas diferentes das usadas anteriormente, ajustando a propriedade conforme a necessidade. Assim, alta diversificação é vista como um incremento para seguir os princípios do manejo agroecológico, tornando este um processo de planejamento complexo e amplo voltado a alcançar os objetivos pretendidos (DAROLT; LAMINE; BRANDERBURG, 2013).

De acordo com Darolt, Lamine e Branderburg (2013), a produção segue um ciclo, tudo está interligado, na criação de animais o excedente da produção da lavoura vai para os animais, fornecendo um equilíbrio e com isso garante a produção e alimentação da família, no entanto os produtores devem escolher os produtos que atendam a demanda dos compradores para que não ocorra o desperdício.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo desta pesquisa foi identificar quais as vantagens e as desvantagens da certificação orgânica, no papel inovador da mulher agricultora familiar para o desenvolvimento de sua propriedade. Este estudo observou que a certificação orgânica é um instrumento alternativo aos produtores rurais, com a finalidade de agregar valor ao que é produzido de maneira inovadora e ecologicamente correta. Dessa forma, a certificação contribui tanto para a diversificação, conforme o relato das entrevistadas, mas também contribui para a preservação e para o aumento da renda dessas famílias envolvidas nesse processo produtivo. No entanto, as pessoas que consomem alimentos orgânicos pertencem a um nicho de mercado de consumidores que buscam por alimentos saudáveis e estão dispostas a pagar mais por isso.

Observou-se que essas mulheres entrevistadas são dispostas a enfrentar desafios e buscar novas formas de produzir. Muitas dessas propriedades já trabalhavam de maneira sustentável e buscaram o selo de certificação para ter a oportunidade de abertura de um novo mercado. Observou-se, com relação à diversificação, que essas

produtoras já produziam uma grande variedade de alimentos e que apenas precisavam de treinamento e possibilidade de agregar mais valor ao produto manufaturado, criando diversas formas de comercializar. Porém, cabe a cada agricultora procurar alternativas para maximizar o potencial agregado a sua produção, encontrando técnicas de tornar sua propriedade mais competitiva e atuante no mercado.

Observou-se que essas mulheres são motivadas e, mesmo sem a qualificação necessária, planejam e executam suas atividades, construindo um ambiente com potencial produtivo, aberto a novas tecnologias e técnicas produtivas. O atual cenário agrícola exige a busca pelo conhecimento para aumentar a produção, porém a agricultura orgânica tende a ser um diferencial de mercado. No entanto, faltam maior apoio e também conscientização da grande massa da população, que precisa ter consciência do real valor dos produtos orgânicos, que são produzidos sem o uso de produtos químicos e fitosanitários.

Esses ganhos, tanto ambiental, financeiro, quanto social, estão presentes e consolidados com a venda dos alimentos orgânicos. Durante as entrevistas, observou-se o amor e a importância que essas agricultoras têm ao produzir e ter em suas mesas para o sustento de suas famílias toda a variedade de alimento, retirado de uma pequena gleba, porém produzido de maneira sustentável, em equilíbrio com o meio ambiente.

Como sugestão para próximas pesquisas, indica-se um aprofundamento desse tema, abordando a questão de gênero, em número ainda maior de agricultoras familiares. E também novas formas de explorar esse tema, seguindo outras metodologias de pesquisa, abordando outras classes pertencentes a agricultura convencional e também a agricultura familiar.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; SILVA, R. **As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais - CONTAG**. In: ROCHA, M. I. B (Org.). Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios. São Paulo. Ed. 34. ABEP, NEPO/UNICAMPO e CEDEPLAR/UFMG, 2000.

ANDRADE, M. C.; ALVES, Daniela Cristina. Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso. **Revista de Administração IMED**, v. 3, n. 3, p. 194-208, 2013.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da agenda 21 / José Carlos Barbieri. – Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3.ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BATALHA, M. O.; BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, HM de. Tecnologia de gestão e agricultura familiar. **BATALHA, M. O e FILHO, HM de S (org). Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos. EdUFSCar, 2005.

BENDISCH, F. Certificação agrícola-Selo que agrega valor. **AgroANALYSIS**, v. 30, n. 05, p. 25-26, 2010. Disponível em: <[digital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/viewFile/26403/25262](http://digital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/viewFile/26403/25262)> Acesso em: 20 junho 2015.

BRANDENBURG, A. **Agricultura Familiar, ONGs e Desenvolvimento Sustentável**. Curitiba: ed. da UFPR. 1999.

BRIDI, A. M. **Padronização, Rastreabilidade e Certificação de Animais e seus Produtos**. Londrina, PR, 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/pessoal/ambridi/Carnesecarcacasarquivos/Padronizacao.pdf>>. Acesso em: 01 julho 2017.

BUAINAIN, Antonio Márcio et al. (Ed.). **Cadeia produtiva de produtos orgânicos**. Bib. Orton IICA/CATIE, 2007.

CANOZZI, M. E. A. **Metodologia para avaliação de protocolos de certificação aplicáveis na bovinocultura de corte**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/40491/000828948.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 07 julho 2017. Dissertação de Mestrado.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**, 35., Anais .... Brasília: SOBER, 1997.

CAVALLARI, L. F. **A exclusão de agricultores na certificação em grupo: estudo de casos na fruticultura**. São Paulo: Centro Universitário de Araraquara, 2010. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=191820](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=191820)>. Acesso em: 05 jun. 2017.

DAROLT, M. R. **Agricultura Orgânica: inventando o futuro**. Londrina: IAPAR, 2002.

DAROLT, M.R. **Alimentos Orgânicos: um guia para o consumidor consciente**. 2.ed. rev. ampl. – Londrina: IAPAR, Série O que é?, 2007.

DAROLT, M. R.; L., C.; BRANDEMBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Construção Social dos Mercados**, v. 10, n. 2, p. 8, 2013.

EHLERS, E. M. **O que se entende por agricultura sustentável?** São Paulo: USP, 161f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa: Coleção Pesquisa qualitativa**. Bookman, 2009.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

Hall, P. . **Innovation, economics and evolution: theoretical perspective son changing technology in economic systems**. Nova York: HarvesterWheatsheaf, 1994.

LUSTOSA, M. C. J. Inovação e tecnologia para uma economia verde: questões fundamentais. **Revista Política Ambiental**. Belo Horizonte, v. 8, p. 111-122, 2011.

Disponível em: <<http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/Revista-Politica-Ambiental-jun-Econ-Verde.pdf>>. Acesso em 01 jul. 2017.

MEDEIROS, R. M.; RIBEIRO, E. M. O papel da mulher na agricultura familiar: dois estudos de caso. **Rev. Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 5, n. 1, art. 2, p. 0-0, 2003.

PRADO, A. S. **Boas práticas agrícolas e certificação na cafeicultura**. 2014.

Disponível em: <

[http://repositorio.ufla.br/jspui/bitstream/1/4468/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O\\_Boas%20pr%C3%A1ticas%20agr%C3%ADcolas%20e%20certifica%C3%A7%C3%A3o%20na%20cafeicultura.pdf](http://repositorio.ufla.br/jspui/bitstream/1/4468/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O_Boas%20pr%C3%A1ticas%20agr%C3%ADcolas%20e%20certifica%C3%A7%C3%A3o%20na%20cafeicultura.pdf)>. Acesso em: 02 julho 2017. Dissertação de Mestrado

MAZZOLENI, E. M.; OLIVEIRA, L. G. de. Inovação tecnológica na agricultura orgânica: estudo de caso da certificação do processamento pós-colheita. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 48, n. 3, p. 567-586, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032010000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032010000300004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25 jun. 2017.

ROMEIRO, A. R. Política Ambiental / Conservação Internacional – **Revista Política Ambiental**. n. 8, jun. 2011 – Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2011. Disponível em: <<http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/Revista-Politica-Ambiental-jun-Econ-Verde.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

SALES, C. V. Mulheres Rurais: Tecendo Novas Relações e Reconhecendo Direitos. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.15, n.2, p.437-443, 2007.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

VEDOVELLO, C.; FIGUEIREDO, P. N. Incubadora de inovação: que nova espécie é essa? **RAE Eletrônica**, v. 14, n. 1, jan./jul. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v4n1/v4n1a06.pdf>> Acesso em: 23 jun. 2017